



## Prefeitura Municipal de Petrópolis Conselho Municipal de Cultura



### ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA – OUTUBRO 2012

Aos oito dias do mês de outubro de dois mil e doze, às quinze horas, no Teatro Afonso Arinos do Centro de Cultura Raul de Leoni, situado em Petrópolis, estado do Rio de Janeiro, sob a presidência de Leonardo Randolpho, representante do segmento de canto coral; presentes as conselheiras Débora Lattouf, Eliane Alves de Souza e Maria Luísa Rocha Melo, representantes da Fundação de Cultura e Turismo de Petrópolis; conselheiro Sergio Benicio Whatley Dias, representante da Secretaria de Planejamento e Urbanismo; conselheira Neiva Maria de Abreu Voigt, representante do segmento de dança; conselheira Sandra Vissotto Santos, representante do segmento de artes plásticas; conselheira Pita Cavalcanti, representante do segmento de teatro; conselheira Elisabeth Graebner e sua suplente Karin Pujol Bell, representantes do segmento de cultura germânica; conselheira Sônia Regina da Silva, representante do segmento de artesanato; conselheira Bárbara Skaba, representante dos museus; conselheiro Ivo Mendes da Silva, representante das escolas de samba e blocos carnavalescos; conselheira Elaine Cristina Guimarães de Oliveira, representante da pesquisa histórica e memória; conselheiro Gabriel Weinem, representante do Conselho Municipal de Defesa da Pessoa Idosa, e conselheiro Carlos José Lima, representante do segmento de bandas marciais, reuniu-se o Conselho Municipal de Cultura. Presentes também estavam Gerson Valle (segmento de literatura), Louh Marques (segmento de música), Pery de Canti (segmento de audiovisual), Erika Pereira Machado (diretora do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – Escritório Centro em Petrópolis), D. Serra (segmento de artes plásticas, artista independente), Paulo Afonso (Coral Municipal), Vanessa Katz (Promotora de Justiça do Ministério Público do Estado) e Aline Castella, do Cineclubes Cinema 360°.

Leonardo Randolpho informou que o objetivo desta reunião extraordinária consistia em promover a apresentação, realizada pelas representantes do comitê Pró Corredor Cultural de Petrópolis, a promotora de justiça, doutora Vanessa Katz e a diretora do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – Escritório Centro em Petrópolis, Érika Pereira Machado, sobre o funcionamento do referido projeto, para que o Conselho, que é, afinal, o grande responsável pelo assessoramento à elaboração e execução da política cultural pública municipal, possa endossá-lo e aprová-lo e, posteriormente, ser encaminhado à Câmara Municipal. Enfatizou que, uma vez sendo o projeto de lei, que dispõe sobre a criação do Corredor Cultural, aprovado pela Câmara, e, por ser este projeto já priorizado pelo Conselho e constante no Plano Municipal de Cultura, este poderá ser beneficiado com a destinação de verbas dos fundos municipal e nacional de cultura para sua implantação.

Dra. Vanessa Katz iniciou sua apresentação, explicando que uma das atribuições do Ministério Público é a de garantir o direito fundamental da coletividade de produzir e consumir cultura. Há dois anos, quando da elaboração do Plano Municipal de Cultura, o Ministério Público do Estado instaurou um inquérito civil para analisar as propostas inseridas nele. Constataram não haver nenhuma previsão de espaço público destinado às manifestações artísticas, culturais e de lazer. Somou-se também ao esvaziamento de oferta cultural no Centro Histórico, formando assim um paradoxo na cidade, que tem como características principais o turismo e seu patrimônio cultural. A exemplo de cidades como a de Mossoró, no Rio Grande do Norte, e a Cidade do México, bem como o bairro da Lapa, na cidade do Rio de Janeiro, foi pensada a criação de uma área de proteção do ambiente cultural inserida no primeiro distrito, mais precisamente no Centro Histórico de Petrópolis. Tal proposta, presente no Plano Municipal de Cultura, foi votada pelo Conselho como projeto “hors concours”. Criou-se, a partir de então, uma comissão técnica de análise e estudos, envolvendo diversas áreas, para o desenvolvimento dos trabalhos. Esta comissão técnica foi formada pela Companhia Petropolitana de Trânsito e Transportes, Secretaria de Planejamento e

Urbanismo, o Instituto de Pós-Graduação e Pesquisa de Engenharia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, o Ministério Público do Estado, a Fundação de Cultura e Turismo, a Câmara Municipal e o Conselho Municipal de Cultura, sendo que, este último passou, a partir de algum período, a não frequentar as reuniões, as quais eram realizadas quinzenalmente no Centro de Cultura. A Comissão Técnica entendeu que houve afastamento do Conselho quando da continuação da realização dos trabalhos. O tempo para a finalização do projeto formatado, com as áreas de ocupação definidas, levou cerca de dois ou três meses. Destas áreas delimitadas, foi eleita aquela constituída pela Praça da Inconfidência, Mercado Municipal, rua Marechal Floriano Peixoto e rua Alberto Torres. Foi criado o Comitê Gestor do Corredor Cultural, integrado pelo Instituto Estadual do Patrimônio Cultural, Instituto de Proteção ao Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Secretaria de Planejamento e Urbanismo, Fundação de Cultura e Turismo, Companhia Petropolitana de Trânsito e Transporte e mais dois membros representantes da sociedade civil organizada. Este comitê gestor entregou os estudos técnicos à Prefeitura, que elaborou o projeto de lei, criando a Área de Proteção do Ambiente Cultural, o Corredor Cultural de Petrópolis, encaminhado à Câmara Municipal para apreciação.

Continuando sua explanação, Dra. Vanessa Katz afirmou ser atribuição do Ministério Público tutelar os interesses e direitos fundamentais da sociedade ao lazer e à cultura. O Corredor Cultural visa à preservação de espaços históricos e culturais tombados, contribuindo para o bem estar da população e ao apoio aos artistas locais, além de garantir a expressão artística da cidade. Definiu o Ministério Público como sendo o advogado da sociedade na garantia ao acesso à cultura. Ressaltou a parceria entre o poder público e a sociedade civil como de fundamental importância ao processo de implantação e funcionamento do Corredor. Lembrou que, diferente do Conselho Municipal de Cultura, o Ministério Público tem “a caneta”, ou seja, o instrumento jurídico que respalda e viabiliza a execução do projeto.

A diretora do IPHAN, Érika Machado, continuou com a explanação, dizendo que, quanto às áreas possíveis, o Comitê elegeu seis conjuntos urbanísticos de interesse cultural para receber o Corredor, que foram sendo descartados, primeiramente, considerando o nível de impacto no trânsito, reduzindo este universo para quatro ou cinco locais. Chegou-se à conclusão de que o espaço já mencionado – o que compreende a Praça da Inconfidência à rua Alberto Torres – foi considerado o mais de acordo com os requisitos para a implantação do projeto, com ainda algumas vantagens: a revitalização da antiga rodoviária; a possibilidade da construção de um estacionamento subterrâneo nas imediações; a não obrigatoriedade de acesso de carro ao local, havendo por lá alguns pontos de táxi para o cumprimento da Lei Seca, e, finalmente, uma oferta maior de estacionamento dos carros. O conjunto arquitetônico é tombado pelo INEPAC, porém é uma área subutilizada pelo Centro Histórico, com ainda realização de atividades indevidas e indesejadas, como uso de drogas e prostituição. Por fim, anunciou que a audiência pública foi marcada para o dia dez deste mês, na Câmara Municipal, para que toda a sociedade possa ser esclarecida do que se pretende com a implantação do Corredor Cultural de Petrópolis.

Leonardo Randolpho manifestou-se preocupado com a segurança e com o barulho causado pela inevitável aglomeração de pessoas que será formada no local. Érika Machado informou que os projetos a serem apresentados ao Comitê deverão prever o tratamento acústico. Quanto ao barulho externo, este será fiscalizado, fazendo-se cumprir os limites de decibéis já estabelecidos.

Eliane Maciel afirmou que vem recebendo muitos telefonemas de moradores idosos do local, estando eles apreensivos e temerosos com a ocupação do Corredor Cultural. Opinou que este projeto está sendo criado de forma racional, diferente de uma movimentação orgânica cultural, como é o caso da Lapa, no Rio. Receia que esta racionalização do espaço possa gerar problemas no controle social, potencializando a área como local de uso desenfreado de drogas e álcool.

Sérgio Benício concordou com a observação de Eliane Maciel no que se refere às inquietações da população, cujos temores e ansiedades poderiam ter sido evitados com contatos anteriores e inclusão da mesma nas reuniões realizadas pela Comissão do Corredor. Dra. Vanessa Katz respondeu que a população foi representada pela AMA-Centro Histórico, participante do grupo de trabalho como organização social. Disse ainda que esta é a primeira fase de um estudo

técnico, e que a audiência pública servirá para abrir, com a sociedade civil, um debate sobre se é possível ou desejada a implantação do Corredor Cultural naquela área.

Leonardo Randolph lembrou aos conselheiros que o Corredor Cultural ainda está em processo de análise e que esta reunião extraordinária seria apenas o espaço oferecido pelo Conselho para que as representantes do comitê do projeto tivessem a oportunidade de apresentar aos conselheiros os resultados de tais estudos. A partir daí é que o Conselho poderá, em outras ocasiões propícias, sugerir alterações ou agregar valores.

Marco Aurêh parabenizou o comitê pelo projeto, porém, apresentou dúvidas quanto ao fato deste movimento ser projetado e racionalizado, e não formado organicamente, como foi o caso da Lapa. Apresentou preocupação quanto ao resultado do Corredor ser concebido desta forma. Disse achar mais interessante realizá-lo na Fábrica São Pedro de Alcântara, que, por ser um espaço fechado para tal, não criaria tanto impacto urbanístico e não geraria controvérsias com relação às aglomerações de pessoas nos espaços públicos. Foi-lhe respondido que seria complicado adotar a Fábrica para o Corredor, visto que trata-se de uma propriedade particular, dificultando, dessa forma, a implantação do projeto neste local.

Leonardo Randolph perguntou quanto aos gastos do projeto, ao que lhe foi respondido que custaria cerca de três milhões de reais para a reurbanização total da área, sem contar com o enterramento dos fios. Érika Machado aproveitou para explicar que a revitalização da área está em consonância com o Programa de Valorização do Centro Histórico, o Pró-Centro, iniciado nos anos noventa.

Pita Cavalcanti perguntou se existem espaços vazios nesta área para se investir em locais culturais, ao que lhe foi respondido que foram verificados vários deles.

Sandra Vissotto questionou se o empresariado teria o interesse em investir no projeto. Érika Machado respondeu que o empresário que quiser investir no Corredor terá isenção fiscal do imposto sobre serviço e do imposto territorial, além de conquistar benefícios econômicos.

Ciente de que são muitas as questões apresentadas pelos conselheiros as quais gerariam uma ampla discussão sobre a matéria e, ainda, com a aproximação do horário da assembleia ordinária a ser realizada neste mesmo dia, Leonardo Randolph deu por encerrada a reunião, agradecendo a presença das representantes do Comitê Pró-Corredor e colocando o Conselho à disposição do Ministério Público, no sentido de agregar força para fazer frente aos trabalhos em prol do projeto.

Nada mais havendo a tratar, foi lavrada por mim, Maria Luísa Rocha Melo, a presente ata, assinada juntamente com o presidente do CMC, Sr. Leonardo Randolph Pires.

Petrópolis, 08 de outubro de 2012.

---

**Maria Luísa Rocha Melo**  
1ª Secretária

---

**Leonardo Randolph Pires**  
Presidente